RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 108/2006

Certifico e dou fé que o Egrégio TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, em Sessão Administrativa hoje realizada, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz AFRÂNIO NEVES DE MELO, com a presença do Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, na pessoa do Exmo. Sr. Procurador, Dr. RAMON BEZERRA DOS SANTOS, presentes os Excelentíssimos Senhores Juízes ANA CLARA DE JESUS MAROJA NÓBREGA, VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO, ANA MARIA FERREIRA MADRUGA, FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA, EDVALDO DE ANDRADE, PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO e CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE, apreciando o Proc. TRT NU 1922.2006.000.13.00-7, RESOLVEU, por unanimidade de votos, homologar o Ato TRT GP nº 125/2006 do Exmo. Sr. Juiz Presidente, republicado por incorreção, que concedeu, ad referendum do Egrégio Tribunal Pleno, com fulcro no artigo 22, inciso XXVI, do Regimento Interno deste Tribunal, aposentadoria por invalidez permanente à servidora ARARI DE AGUIAR CAVALCANTI, ocupante do Cargo de Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 15, do Quadro Permanente de Pessoal deste Regional, com proventos integrais, observando-se nos cálculos destes a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do regime de previdência a que esteve vinculada, correspondente a 80% (oitenta por cento) do período contributivo, a partir de julho de 1994, nos moldes do artigo 40, § 1º, inciso I, e §§ 3º e 17, da Constituição Federal, artigo 1º, da Lei nº 10.887, de 18.06.2004, e artigos 186, inciso I, §§ 1º e 3º, e 188, da Lei nº 8.112/90, acrescido do percentual de 12% (doze por cento), a título de anuênio (artigo 67 da Lei nº 8.112/90, redação original, artigo 6º da Lei nº 9.624/98, artigo 5º da MP nº 2.225-45/2001 e decisão administrativa proferida nos autos do Processo Administrativo TRT nº 4.442/2002), e da vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI), decorrente da incorporação de 10/10 (dez décimos) de FC/03 (artigo 3º da Lei nº 8.911/94, c/c o artigo 15 da Lei nº 9.527/97), com efeitos a contar da data de publicação do respectivo ATO, sendo considerado como prorrogação da licença para tratamento de saúde o lapso de tempo compreendido entre o término da última licença e a veiculação oficial do referido ATO concessório (§ 3º do artigo 188 da Lei nº 8.112/90).

Obs.: Convocados os Exmos. Srs. Juízes Vicente Vanderlei Nogueira de Brito e Edvaldo de

Andrade, ambos nos termos do art 29 do Regimento Interno desta Corte.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2006.

MARIA EVANISE JUREMA LIMA

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL PLENO